

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$17 milhões (31/12/2015 - R\$24 milhões). O prejuízo apresentado no exercício de 2016 foi de R\$17 mil (31/12/2015 - lucro líquido de R\$2 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$33 milhões (31/12/2015 - R\$34 milhões). Desse montante, destacamos, R\$14 milhões (31/12/2015 - R\$21 milhões) são representados por Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e R\$16 milhões (31/12/2015 - R\$12 milhões) por Ativos Fiscais. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de provisões foram de R\$11 milhões (31/12/2015 - R\$7 milhões) e R\$3 milhões (31/12/2015 - R\$2 milhões) por outros passivos.

São Paulo, 29 de março de 2017.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31/12/16	31/12/15	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/16	31/12/15
Ativo Circulante		14.299	12.650	Passivo Circulante		6.999	5.868
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&17.c	48	58	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		15	-
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	4&17.c	3.827	10.322	Fornecedores		10	-
Contas a Receber		-	6.903	Contas a Pagar		5	-
Aplicações Financeiras		3.827	3.419	Provisões	9.c	2.035	2.908
Créditos Tributários - Correntes	7.d	10.286	2.181	Impostos a Pagar		8	747
Outros Ativos	5	138	89	Dividendos a Pagar	12.b&17.c	1.275	17
Ativo não Circulante		18.867	21.632	Outros Passivos	11	2.700	2.196
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	4&17.c	9.967	10.368	Passivo não Circulante		8.851	4.581
Contas a Receber		3.595	-	Provisões	9.c	8.851	4.581
Aplicações Financeiras		6.372	10.368	Total do Passivo		15.850	10.449
Depósitos Judiciais		2.989	1.521	Patrimônio Líquido			
Créditos Tributários - Correntes	7.d	1.529	6.714	Capital Social		11.393	11.393
Créditos Tributários - Diferidos	7.b	4.351	2.940	Reservas de Lucros		5.923	12.440
Outros Ativos	5	25	76	Total do Patrimônio Líquido	12	17.316	23.833
Ativo Tangível	6	6	13	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.166	34.282
Total do Ativo		33.166	34.282				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reservas Estatutárias	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014					
Lucro Líquido	-	-	9.558	1.740	22.110
Destinações:					
Reserva Legal	12.c	87	-	(87)	-
Dividendos	12.b	-	-	(17)	(17)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d	-	818	(818)	-
Reserva para Reforço de Capital	12.d	-	818	(818)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		1.246	11.194	-	23.833
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	12.b	-	(5.000)	(5.000)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	(1.500)	(1.500)	-
Prejuízo	-	-	-	(17)	(17)
Absorção de Prejuízo pelas Reservas Estatutárias	12.d	-	(17)	17	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		11.393	1.246	4.677	17.316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional
A Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo - SP é uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto: (I) a prestação de serviços de análise financeira e de risco e identificação e busca de clientes para concessão de crédito e microcrédito a pessoas físicas e jurídicas; (II) a prestação de serviços de acompanhamento de carteira e cobrança por conta própria ou de terceiros; (III) participação em outras sociedades que tenham por escopo a prática de atividades mercantis; (IV) venda de planos de capitalização e cotas de consórcio por conta própria ou de terceiros; e (V) administração de bens próprios.

As receitas da Santander Microcrédito nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão representadas por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 17.c.

2. Práticas Contábeis e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Microcrédito foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs)*.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não houveram resultados abrangentes, não sendo, desta forma, apresentada demonstração específica de resultados abrangentes.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na reunião realizada em 29 de março de 2017.

O resultado e a posição financeira da Santander Microcrédito estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

c) Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos não financeiros;
- Provisão com passivos contingentes e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos

Definições
Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade, e um passivo financeiro ou instrumento financeiro para outra entidade.

A entidade contabiliza os seguintes instrumentos financeiros básicos:

- Caixa e equivalentes de caixa; e
- Direitos e obrigações dos empregadores no âmbito dos planos de benefícios aos empregados.

Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Mensuração
Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa" - saldos de caixa e saldos credores à vista;
- "Aplicações" - créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras; e
- "Contas a receber" - inclui todos os demais créditos com natureza de ativos financeiros em nome de clientes.

Os passivos financeiros são classificados por natureza:

- "Passivos Financeiros ao Custo Amortizado" - inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros.

c) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Santander Microcrédito avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

d) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e despesas antecipadas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

e) Outros Passivos

Outros Passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

f) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestitação de Serviços

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Microcrédito é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 23.h) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Microcrédito, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

h) Planos de Benefícios Pós-Emprego

A Santander Microcrédito, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), patrocina plano de contribuição definida e comprometeu-se a complementar os benefícios do sistema público de previdência de determinados funcionários e dos beneficiários dos direitos desses funcionários, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte.

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Microcrédito, juntamente com o Banco Santander, de: (i) contribuição dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporais entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários (Nota 7.c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

4. Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

	31/12/2016		31/12/2015	
	Sem Vencimento	De 1 a 3 Anos	Total	Total
Aplicações Financeiras (Nota 17.c) ⁽¹⁾	3.827	6.372	10.199	13.787
Contas a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 17.c)	-	3.595	3.595	6.903
Total	3.827	9.967	13.794	20.690

⁽¹⁾ Inclui aplicações em Cotas de Fundos de Investimento classificadas como sem vencimento e, aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB classificados de acordo a sua data de vencimento.

5. Outros Ativos

	31/12/2016	31/12/2015
Classificação/Tipo:		
Antecipações Salariais	129	133
Despesas Antecipadas	34	32
Total	163	165

6. Ativo Tangível

	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	83	(77)	6	83	(70)	13
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	77	(77)	-	77	(77)	-
Saldos em 31 de Dezembro	160	(154)	6	160	(147)	13

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

	01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Variações:						
Saldo Inicial	160	(147)	13	160	(139)	21
Depreciação	-	(7)	(7)	-	(8)	(8)
Saldo Final	160	(154)	6	160	(147)	13

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes da Tributação	(942)	2.814
Juros sobre o Capital Próprio	(1.500)	-
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9%, Respectivamente	830	(957)
Despesas Indefiníveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(45)	(227)
Outros Ajustes	140	110
Imposto de Renda e Contribuição Social	925	(1.074)
Impostos Correntes	(486)	(1.073)
Impostos Diferidos	1.411	(1)
Impostos Pagos no Exercício	(892)	(964)

b) Impostos Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Créditos Tributários				
Natureza e Origem:				
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos			(118)	3.702
- Ações Trabalhistas	2.547			
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	253	885	(797)	341
Outras Provisões Temporárias	140	168	-	308
Total dos Créditos Tributários	2.940	2.326	(915)	4.351
Saldo em 31/12/2014				
Constituição				
Realização				
Saldo em 31/12/2015				
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos			(893)	2.547
- Ações Trabalhistas	2.253	1.187		
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	372	497	(616)	253
Outras Provisões Temporárias	316	-	(176)	140
Total dos Créditos Tributários	2.941	1.684	(1.685)	2.940

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2017	1.836	661	2.497
2018	1.362	490	1.852
2019	1	1	2
Total	3.199	1.152	4.351

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

d) Impostos Correntes

O crédito tributário corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

8. Impostos a Pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Impostos sobre Prestações de Serviços	519	488

Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Receita com partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa n. 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as receitas da Companhia estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Financeiro Santander Brasil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, obtidos das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 23 de março de 2016, sem ressalvas, contendo ênfase sobre as receitas estarem representadas substancialmente por serviços prestados a partes relacionadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017